

MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

Terra dos pretos

• Há um artigo das disposições transitórias da Constituição de 88 que ninguém sabe ao certo como lá foi parar. É o de número 68, que reza: "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". Nenhuma autoridade se interessou em colocá-lo em vigor. O artigo está no longo rol das leis que não pegaram.

Amanhã, começa em Belo Horizonte uma mega-reunião de empresários para discutir o ritmo da criação da Alca, futuro mercado comum das Américas. Só do Brasil, estão inscritos 900. Virão dos Estados Unidos outros 300 e, da Argentina, quase tantos. Estarão divididos em 11 comitês específicos, que há meses fazem o dever de casa, em discussões setoriais. É um evento muito mais objetivo e importante que a reunião dos ministros do Comércio, que o presidente Fernando Henrique abrirá, na quinta-feira.

Amanhã, ainda, prossegue na Câmara a deprimente novela da votação dos destaques apresentados à reforma administrativa. O apitão das oposições surtiu efeito, as suas reivindicações regimentais foram aceitas e o precedente foi estabelecido. No futuro, caso os apitos não resolvam problemas, talvez se apele para limões de cheiro ou bolas fedorentas de cera, como nos entrudos de antigamente.

Esses dois assuntos monopolizarão as atenções dos jornalistas econômicos e políticos. Muito poucos, na imprensa ou na sociedade, se lembram de que hoje é 13 de maio, data da abolição da escravatura, onde ela ainda existia no Brasil.

Uma das razões para o esquecimento é a recusa das elites, as de hoje e de ontem, de olharem a população brasileira tal como é: mestiça, em maioria, branca e negra em minoria. Até mesmo a afirmação de que somos um país mestiço pode ser contestada pelas elites. É que os atestados de nascimento e de óbito não fazem referência à cor das pessoas, o que seria necessário para definir políticas específicas, especialmente as de saúde, para as diferentes raças existentes na população.

Incluir o dado cor nos registros cartoriais é uma das reivindicações do movimento negro que foram acolhidas pelo secretário de Direitos Humanos, José Gregori, que hoje preside no Senado a um balanço do primeiro ano de existência do Plano Nacional de Direitos Humanos. As suas vitórias e, sobretudo, as suas derrotas, serão analisadas por um grupo de representantes do governo e da sociedade.

José Gregori talvez seja o único membro do Governo que conseguiu ter uma aprovação pluripartidária unânime. Com quase dois metros de altura, é imponente como um papa da Renascença e hábil negociador como um diplomata. É um paciente ouvinte e incorrigível otimista em relação à condição humana. No entanto, mesmo ele se desesperou outro dia, ao ouvir o relato do deputado e jornalista Albérico Cordeiro (PTB-AL), sobre a situação de Alagoas. Ao fim de três horas, levantou-se e pediu trégua: "A minha cota de desgraças está encerrada por hoje. Não agüento mais", disse, e

marcou outro encontro.

A sua prioridade para o futuro é intervir em lugares como Alagoas e o Sul do Pará, porque acha que fugir dos problemas mais graves seria uma covardia que desmoralizaria o trabalho da sua secretaria.

A obediência à ordem de entregar títulos de propriedade aos remanescentes dos quilombos é outra das suas prioridades.

O movimento quilombola, a forma de enfrentar a escravidão que os negros adotaram, foi o mais longo e abrangente movimento político da história do Brasil. Durou 258 anos, a partir de Palmares, e espalhou-se por todo o território nacional.

Há comunidades quilombolas em muitos estados, inclusive em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas não existe um levantamento de todos eles.

Algumas, como as do Rio Trombetas, no Pará, têm comprovação muito antiga. Foram muitas vezes atacados, desde o início do século XIX, mas conseguiram sobreviver, embora tivessem de se deslocar em busca de terras fora do alcance das autoridades. Formam hoje os Quilombos de Oriximiná, com seis mil habitantes. No Maranhão, municípios de Mirinzal e Turiaçu, há os primeiros quilombos que obtiveram reconhecimento oficial, ao se constituírem em associação legal. O Quilombo do Frechal, com 9.542 hectares, já foi demarcado. Em Goiás, os kalungas, também chamados de "pretos dos Cedro", são cerca de 600 famílias e se espalham por cinco municípios da fronteira com o Tocantins, ocupando uma área de 202 mil hectares. Na Bahia, as 194 famílias do Quilombo do Rio das Rãs nas margens do São Francisco, em Bom Jesus da Lapa. Estão sendo lentamente expulsos por uma sociedade agrícola, mas passaram a entrar na justiça para reivindicar o usucapião das terras que ocupam há mais de cem anos. Em São Paulo, o quilombo do Cafundó é dos mais estudados por antropólogos, dada a sua relativa proximidade da capital. A principal comunidade no estado do Rio de Janeiro é a de Campinho da Independência.

Há, para cumprir a Constituição, as dificuldades habituais da falta de verbas, mas há ainda outras, peculiares aos quilombos. A principal delas é a ignorância sobre as comunidades, que os antropólogos estão reduzindo. Outra, é a forma coletiva de exploração da terra, que exigiria uma titularização diferente da criação de lotes individuais, como nos assentamentos da reforma agrária.

Há muito trabalho a ser feito, mas a secretaria do movimento negro criada por José Gregori no Ministério da Justiça está mobilizada. Talvez consiga fazer com que a Carta Magna seja, neste ponto, respeitada. Daqui a anos, sem dúvida.